

O plebiscito do quanto pior, melhor

Roberto Grad *

O machão do Pantanal é uma figura única: ele reclama de tudo e de todos, quer sempre impor seu ponto de vista, dá murros na mesa e, ao mesmo tempo, está sempre perdendo. Perde prestígio, perde respeito, perde confiança e perde dinheiro. Mas é machão. Briga, espera, faz de conta que tem poder, mas é uma figura ridícula, pois só ele acredita em si mesmo. Quando o banco reclama de uma prestação atrasada, ele discute com o gerente, nega-se a pagar e, mais do que depressa, entra na lista negra. Quando recebe a conta do cartão de crédito, também reclama, diz que não vai pagar, ameaça cancelar e o atendente aceita o cancelamento sem titubear. Aí o machão fica sem cartão. Mas ele continua machão, é claro. Só que passa a ser considerado inadimplente, entra na lista do SPC e do Serasa, e fica sem crédito na praça. Quando o guarda vai multá-lo, o machão vai tomar satisfação com o guarda e, não raro, acaba em uma delegacia por desacato à autoridade. Mas, como ele é machão, não leva desaforo para casa. Aliás, em casa ele também reclama da comida, da mu-



lher, da conta de luz, de tudo. A mulher aceita em silêncio, pois, a essas alturas, já está se preparando para deixar o machão sozinho.

E, assim, o machão vai fazendo estragos por onde passa, principalmente para si mesmo. Cada vez mais isolado, sem amigos, sem crédito. Mas machão. Agora, alguns querem que o Brasil também banque o machão. Para isso, organizaram um suposto plebiscito para pressionar o governo a fazer um plebiscito, que deverá decidir algumas questões fundamentais do nosso país. Se devemos manter o acordo com o FMI, se devemos pagar a dívida externa e se a União, os estados e os municípios devem continuar a pagar a dívida interna aos "especuladores". É cômico, se não fosse trágico.

O que salta aos olhos é a total ignorância da proposta. E maior ainda das perguntas que, de acordo com as entidades que apóiam o plebiscito — as mesmas de sempre, diga-se de passagem, e que não têm absolutamente nada a ver com economia e política —, deverão ser feitas à população. Primeiro, se de-

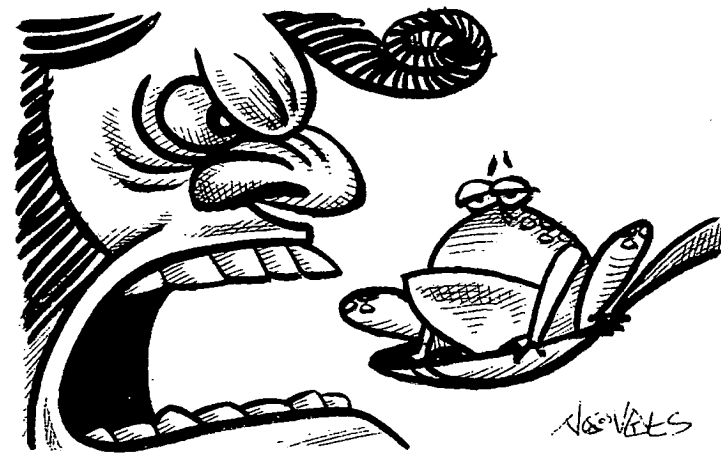
veremos manter o acordo com o FMI. É mais do que óbvio que a população desconhece os itens do acordo. Portanto, não saberá opinar a respeito. Alguns deverão ser sensatos e simplesmente dizer que acordos foram feitos para serem cumpridos. Portanto, deve ser respeitado caso nosso objetivo seja mostrar que o Brasil é, sim, um país sério. Outros serão machões e dirão que o FMI deve ser a causa de todos os males e, portanto, a resposta é não.

Caberá ao governo, através da mídia, explicar melhor o que vem a ser o acordo e a enorme quantia de dinheiro que recebemos, justamente com a contrapartida de tomar certas providências importantes no País, tais como reduzir as despesas públicas e controlar a inflação. Sem manter o acordo, não teríamos os investimentos estrangeiros que, só no ano passado, foram da ordem de US\$ 29

Sem o acordo com o FMI, não teríamos os investimentos que foram de US\$ 29 bilhões em 1999

bilhões. Dinheiro este que ajudou a melhorar nossas empresas, aumentar sua produtividade e competitividade, melhorar nossas telecomunicações, obter maiores investimentos em geração e distribuição de energia, conseqüentemente gerar mais empregos, e assim por diante.

Quanto à dívida externa, a maior parte, cerca de 60%, foi



contraída por empresas que, com este dinheiro, aumentaram sua capacidade de produção, modernizaram suas fábricas, tornaram-se mais competitivas e geraram mais empregos. Se elas deixarem de pagar, o dinheiro não vai para o governo, mas fica nos seus caixas. Só que elas não terão mais acesso a recursos externos e ficará muito mais difícil para elas crescer. Boa parte da dívida externa serve para financiar importações e exportações. Sem estes recursos poderíamos ter problemas como falta de petróleo, medicamentos e outros produtos essenciais. Com relação à dívida interna, que não deverá ser paga aos "especuladores", há grande desconhecimento de que os maiores aplicadores em títulos públicos são os bancos e que, portanto, quem recebe os juros são

todos que têm conta em banco.

Uma atitude machista por parte do Brasil serviria apenas para interromper drasticamente nosso desenvolvimento e abalar nossa imagem no exterior. Com isso, passaríamos a ser tachados de inadimplentes, com todas as conseqüências decorrentes: ter dificuldade em conseguir crédito, pagar juros bem mais elevados e ver os investimentos estrangeiros fugirem do País. A idéia do plebiscito em si, a forma como fizeram a versão inicial, a falta de informação, tudo leva a crer que se trata de mais uma maneira de a Igreja e os radicais dos partidos, sindicatos e outras agremiações desestabilizarem o governo, porque, para eles, sempre foi assim: quanto pior, melhor. ■

* Presidente da Hill and Knowlton Brasil.